

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	18
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	122
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	123
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	124

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.031.356
Preferenciais	0
Total	13.031.356

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/02/2017	Dividendo	10/03/2017	Ordinária		0,87000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	10.006.680	9.836.465
1.01	Ativo Circulante	162.737	524.748
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.550	127.944
1.01.02	Aplicações Financeiras	66.356	1.052
1.01.03	Contas a Receber	16.188	358.034
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.188	358.034
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	14.358	354.150
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	1.830	3.884
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.469	37.620
1.01.07	Despesas Antecipadas	174	98
1.02	Ativo Não Circulante	9.843.943	9.311.717
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	856.750	830.045
1.02.01.06	Tributos Diferidos	30.784	22.462
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.784	22.462
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	774.959	772.425
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	51.007	35.158
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	50.859	35.010
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	148
1.02.02	Investimentos	8.741.030	8.235.509
1.02.02.01	Participações Societárias	8.741.030	8.235.509
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.693.927	8.190.100
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	47.103	45.409
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	10.006.680	9.836.465
2.01	Passivo Circulante	841.143	352.946
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	243	204
2.01.02	Fornecedores	121	330
2.01.03	Obrigações Fiscais	592	726
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	826.266	32.479
2.01.04.02	Debêntures	826.266	32.479
2.01.05	Outras Obrigações	13.921	319.207
2.01.05.02	Outros	13.921	319.207
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.562	316.848
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	2.359	2.359
2.02	Passivo Não Circulante	179.911	955.896
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	799.904
2.02.01.02	Debêntures	0	799.904
2.02.02	Outras Obrigações	1.137	679
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.137	679
2.02.04	Provisões	178.774	155.313
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.295	1.884
2.02.04.02	Outras Provisões	177.479	153.429
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	177.479	153.429
2.03	Patrimônio Líquido	8.985.626	8.527.623
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	555.152	552.038
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.054	5.339
2.03.04	Reservas de Lucros	2.653.132	4.148.028
2.03.04.01	Reserva Legal	550.428	550.428
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.582.898	2.582.898
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	165.515
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-480.194	-483.879
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	614.480	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-25.407	-23.987
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	11.463	7.519

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	256.796	629.086	375.572	772.407
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	5	2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	256.797	629.086	375.567	772.405
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	256.796	629.086	375.572	772.407
3.06	Resultado Financeiro	-14.740	-20.951	-16.654	-34.181
3.06.01	Receitas Financeiras	24.662	55.416	32.430	73.387
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.402	-76.367	-49.084	-107.568
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	242.056	608.135	358.918	738.226
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.044	6.135	5.242	11.152
3.08.01	Corrente	-1.066	-2.187	-987	-4.412
3.08.02	Diferido	5.110	8.322	6.229	15.564
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	246.100	614.270	364.160	749.378
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	246.100	614.270	364.160	749.378
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,45420	1,13380	0,67270	1,38430
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,45090	1,12550	0,66760	1,37410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	246.100	614.270	364.160	749.378
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-47.730	2.524	-59.556	-171.016
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-50.352	-1.396	-20.369	-97.697
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	2.622	3.944	-39.187	-76.175
4.02.03	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benefício Pós-Emprego	0	-24	0	2.856
4.03	Resultado Abrangente do Período	198.370	616.794	304.604	578.362

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	511.566	530.689
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	516.179	540.758
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	614.270	749.378
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-629.086	-772.405
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	73.511	103.400
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-8.322	-15.564
6.01.01.05	Dividendos Recebidos de Controladas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	465.804	475.949
6.01.01.06	Outros	2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.613	-9.768
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	10.151	-1.044
6.01.02.02	Demais Contas a Receber (AC)	2.054	3.994
6.01.02.03	Despesas Antecipadas (AC)	-76	67
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	-209	-2.577
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais (PC)	39	1
6.01.02.06	Obrigações Tributárias (PC)	-134	-250
6.01.02.07	Demais Contas a Pagar (PC)	0	-1.261
6.01.02.08	Impostos a Recuperar (ANC)	-15.849	-8.774
6.01.02.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	-589	10
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social (PC)	0	66
6.01.03	Outros	0	-301
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-65.304	-13.265
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgastes	-65.304	-13.265
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-521.656	-469.476
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-55.578	-58.369
6.03.04	Dividendos Pagos	-470.801	-432.750
6.03.06	Venda de Ações em Tesouraria para Controladas	6.799	12.433
6.03.08	Sociedades Relacionadas	-2.076	9.210
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-75.394	47.948
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.944	48.061
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.550	96.009

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	-158.716	-1.333.066	0	0	-158.716
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	614.270	2.524	616.794
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	614.270	0	614.270
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.524	2.524
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.396	-1.396
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.944	3.944
5.05.02.06	Perda Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-24	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-285	0	210	0	-75
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-285	0	285	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-75	0	-75
5.07	Saldos Finais	5.171.752	80.012	3.133.326	614.480	-13.944	8.985.626

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-144.729	0	0	0	-144.729
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.433	0	0	0	12.433
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-157.162	0	0	0	-157.162
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	749.378	-171.016	578.362
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	749.378	0	749.378
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-171.016	-171.016
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-97.697	-97.697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-76.175	-76.175
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	2.856	2.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-126	0	105	0	-21
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-126	0	126	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	-21
5.07	Saldos Finais	3.838.686	73.623	3.801.999	749.483	-85.138	8.378.653

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	3.546	3.102
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.745	-5.671
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	11.291	8.773
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.546	3.102
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.546	3.102
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	684.502	845.792
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	629.086	772.405
7.06.02	Receitas Financeiras	55.416	73.387
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	688.048	848.894
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	688.048	848.894
7.08.01	Pessoal	2.968	2.583
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-4.971	-7.555
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.781	104.488
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	614.270	749.378
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	614.270	749.378

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	24.538.684	24.159.670
1.01	Ativo Circulante	12.906.780	13.011.796
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.589.358	4.274.158
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.535.026	1.412.587
1.01.03	Contas a Receber	3.485.931	3.898.189
1.01.03.01	Clientes	3.380.817	3.502.322
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	105.114	395.867
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	90.756	20.573
1.01.03.02.02	Divididos a Receber	14.358	8.616
1.01.03.02.03	Contas a Receber - Indenização Seguradora	0	366.678
1.01.04	Estoques	2.588.119	2.761.207
1.01.06	Tributos a Recuperar	554.919	541.772
1.01.07	Despesas Antecipadas	153.427	123.883
1.02	Ativo Não Circulante	11.631.904	11.147.874
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.041.807	1.846.606
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.437	7.655
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.449	7.449
1.02.01.03	Contas a Receber	253.700	229.763
1.02.01.03.01	Clientes	252.295	227.085
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.405	2.678
1.02.01.06	Tributos Diferidos	411.481	417.344
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	411.481	417.344
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	297.952	222.518
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.060.298	961.387
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	258.405	182.617
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	801.893	778.770
1.02.02	Investimentos	136.439	141.687
1.02.02.01	Participações Societárias	136.439	141.687
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	133.647	138.873
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.792	2.814
1.02.03	Imobilizado	5.997.612	5.787.982
1.02.04	Intangível	3.456.046	3.371.599

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	24.538.684	24.159.670
2.01	Passivo Circulante	5.140.345	5.486.946
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	325.261	362.718
2.01.02	Fornecedores	1.165.424	1.709.653
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.048.592	1.620.388
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	116.832	89.265
2.01.03	Obrigações Fiscais	207.662	311.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.091.775	2.475.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.641.172	1.821.398
2.01.04.02	Debêntures	1.447.935	651.591
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.668	2.615
2.01.05	Outras Obrigações	271.709	545.760
2.01.05.02	Outros	271.709	545.760
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.223	320.883
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	140.808	102.714
2.01.05.02.05	Receita Diferida	21.277	22.300
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - Indenização de Seguradoras	96.401	99.863
2.01.06	Provisões	78.514	82.197
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.472	52.694
2.01.06.02	Outras Provisões	28.042	29.503
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.831	4.563
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	23.211	24.940
2.02	Passivo Não Circulante	10.386.013	10.114.166
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.266.627	8.941.526
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.928.146	6.800.135
2.02.01.02	Debêntures	2.291.391	2.095.290
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	47.090	46.101
2.02.02	Outras Obrigações	89.124	91.666
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.264	4.272
2.02.02.02	Outros	84.860	87.394
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	72.005	74.884
2.02.02.02.04	Receita Diferida	12.855	12.510
2.02.03	Tributos Diferidos	3.676	7.645
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.676	7.645
2.02.04	Provisões	1.026.586	1.073.329
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	648.170	727.088
2.02.04.02	Outras Provisões	378.416	346.241
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	73.575	73.001
2.02.04.02.04	Benefícios Pós-Emprego	127.362	119.811
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	177.479	153.429
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.012.326	8.558.558
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	555.152	552.038
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.054	5.339
2.03.04	Reservas de Lucros	2.653.132	4.148.028
2.03.04.01	Reserva Legal	550.428	550.428

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.582.898	2.582.898
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	165.515
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-480.194	-483.879
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	614.480	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-25.407	-23.987
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	11.463	7.519
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	26.700	30.935

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.173.040	37.900.928	19.298.198	38.822.521
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.590.559	-34.631.410	-17.604.887	-35.410.967
3.03	Resultado Bruto	1.582.481	3.269.518	1.693.311	3.411.554
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.091.912	-2.101.419	-960.777	-1.891.565
3.04.01	Despesas com Vendas	-721.108	-1.424.447	-648.869	-1.290.071
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-389.242	-751.820	-356.309	-678.129
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.779	62.761	38.093	73.594
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	6.576	62.911	40.176	75.602
3.04.04.02	Resultado na Venda de Bens	6.203	-150	-2.083	-2.008
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.659	12.087	6.308	3.041
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	490.569	1.168.099	732.534	1.519.989
3.06	Resultado Financeiro	-112.845	-234.020	-222.460	-438.916
3.06.01	Receitas Financeiras	136.938	301.299	105.798	220.927
3.06.02	Despesas Financeiras	-249.783	-535.319	-328.258	-659.843
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	377.724	934.079	510.074	1.081.073
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130.548	-316.565	-142.957	-326.103
3.08.01	Corrente	-118.226	-308.416	-197.488	-402.726
3.08.02	Diferido	-12.322	-8.149	54.531	76.623
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	247.176	617.514	367.117	754.970
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	247.176	617.514	367.117	754.970
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	246.100	614.270	364.160	749.378
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.076	3.244	2.957	5.592
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,45420	1,13380	0,67270	1,38430
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,45090	1,12550	0,66760	1,37410

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	247.176	617.514	367.117	754.970
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-47.730	2.524	-59.556	-171.016
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-50.352	-1.396	-20.369	-97.697
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	2.622	3.944	-39.187	-76.175
4.02.03	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benefício Pós-Emprego	0	-24	0	2.856
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	199.446	620.038	307.561	583.954
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	198.370	616.794	304.604	578.362
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.076	3.244	2.957	5.592

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.257.758	692.881
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.621.024	1.394.325
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	617.514	754.970
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-12.087	-3.041
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	589.216	545.363
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre Depreciação	6.510	6.215
6.01.01.05	Despesas com Retirada de Tanques	-1.329	-1.425
6.01.01.06	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	397.423	159.770
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.149	-76.623
6.01.01.08	Resultado na Venda de Bens	150	2.008
6.01.01.09	Outros	145	443
6.01.01.10	Dividendos Recebidos de Controladas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	15.333	6.645
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	271.330	-329.230
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes (AC)	126.254	19.841
6.01.02.02	Estoques (AC)	177.473	63.415
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	-13.147	130.505
6.01.02.04	Demais Contas a Receber (AC)	296.486	-94.508
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	-26.430	-31.670
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-544.229	-441.739
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais (PC)	-37.457	-101.861
6.01.02.08	Obrigações Tributárias (PC)	-8.638	-6.104
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social (PC)	271.360	216.520
6.01.02.11	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PC)	-2.222	6.903
6.01.02.12	Receita Diferida (PC)	-1.023	-2.500
6.01.02.13	Demais Contas a Pagar (PC)	34.632	-88.032
6.01.02.14	Benefícios pós-emprego (PC)	-1.729	0
6.01.03	Outros	-634.596	-372.214
6.01.03.01	Contas a Receber (ANC)	-25.210	-36.327
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	-75.788	-13.076
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-23.123	-17.757
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	1.273	2.182
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	-71.749	-901
6.01.03.06	Benefícios Pós-Emprego (PNC)	7.527	3.223
6.01.03.07	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	-78.918	15.608
6.01.03.08	Demais Contas a Pagar (PNC)	-2.879	-2.490
6.01.03.09	Receita Diferida (PNC)	345	-402
6.01.03.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-366.074	-322.274
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-984.549	-298.332
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	-124.153	350.060
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-513.808	-409.923
6.02.04	Aquisição de Intangível	-379.487	-226.034
6.02.05	Aporte de Capital em Controladas em Conjunto	0	-25.781
6.02.06	Receita com a Venda de Bens	32.899	13.346

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.112	-576.246
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	1.697.757	948.388
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-796.114	-411.219
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-410.442	-669.901
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil	-2.612	-2.429
6.03.05	Dividendos Pagos	-480.477	-441.085
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	33.879	-18.040
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	315.200	-199.737
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.274.158	2.702.893
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.589.358	2.503.156

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	-158.716	-1.333.066	0	0	-158.716	-7.479	-166.195
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799	0	6.799
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515	0	-165.515
5.04.10	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-7.479	-7.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	614.270	2.524	616.794	3.244	620.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	614.270	0	614.270	3.244	617.514
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.524	2.524	0	2.524
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.396	-1.396	0	-1.396
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.944	3.944	0	3.944
5.05.02.06	Perda Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-24	-24	0	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-285	0	210	0	-75	0	-75
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-285	0	285	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-75	0	-75	0	-75
5.07	Saldos Finais	5.171.752	80.012	3.133.326	614.480	-13.944	8.985.626	26.700	9.012.326

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041	29.088	7.974.129
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041	29.088	7.974.129
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-144.729	0	0	0	-144.729	-6.328	-151.057
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.433	0	0	0	12.433	0	12.433
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-157.162	0	0	0	-157.162	0	-157.162
5.04.10	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-6.328	-6.328
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	749.378	-171.016	578.362	5.592	583.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	749.378	0	749.378	5.592	754.970
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-171.016	-171.016	0	-171.016
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-97.697	-97.697	0	-97.697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-76.175	-76.175	0	-76.175
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	2.856	2.856	0	2.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-126	0	105	0	-21	0	-21
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-126	0	126	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	-21	0	-21
5.07	Saldos Finais	3.838.686	73.623	3.801.999	749.483	-85.138	8.378.653	28.352	8.407.005

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	38.726.042	39.774.747
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	38.698.507	39.721.356
7.01.02	Outras Receitas	62.761	73.594
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e outros resultados operacionais, líquidos	62.761	73.594
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-35.226	-20.203
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.636.158	-36.418.119
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-32.045.917	-33.176.692
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.161.441	-1.073.556
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-7.688	-4.685
7.02.04	Outros	-2.421.112	-2.163.186
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-2.421.112	-2.163.186
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.089.884	3.356.628
7.04	Retenções	-595.726	-551.578
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-589.216	-545.363
7.04.02	Outras	-6.510	-6.215
7.04.02.01	Créditos de PIS e Cofins s/ Depreciação	-6.510	-6.215
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.494.158	2.805.050
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	380.641	284.559
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.087	3.041
7.06.02	Receitas Financeiras	301.299	220.927
7.06.03	Outros	67.255	60.591
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	67.255	60.591
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.874.799	3.089.609
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.874.799	3.089.609
7.08.01	Pessoal	936.860	859.603
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	666.988	763.781
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	653.437	711.255
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	617.514	754.970
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	617.514	754.970

Comentário do Desempenho**MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS****Segundo Trimestre de 2017**

(R\$ milhões)	2T17	2T16	1T17	Δ 2T17 X 2T16	Δ 2T17 X 2T16	1S17	1S16	Δ 1S17 x 1S16
Receita líquida de vendas e serviços	19.173,0	19.298,2	18.727,9	(1%)	2%	37.900,9	38.822,5	(2%)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(17.590,6)	(17.604,9)	(17.040,9)	0%	3%	(34.631,4)	(35.411,0)	(2%)
Lucro bruto	1.582,5	1.693,3	1.687,0	(7%)	(6%)	3.269,5	3.411,6	(4%)
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.110,4)	(1.005,2)	(1.065,9)	10%	4%	(2.176,3)	(1.968,2)	11%
Outros resultados operacionais, líquidos	6,6	40,2	56,3	(84%)	(88%)	62,9	75,6	(17%)
Resultado na venda de bens	6,2	(2,1)	(6,4)	(398%)	(198%)	(0,2)	(2,0)	(93%)
Lucro operacional	484,9	726,2	671,1	(33%)	(28%)	1.156,0	1.516,9	(24%)
Despesa financeira, líquida	(112,8)	(222,5)	(121,2)	(49%)	(7%)	(234,0)	(438,9)	(47%)
Equivalência patrimonial	5,7	6,3	6,4	(10%)	(12%)	12,1	3,0	297%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	377,7	510,1	556,4	(26%)	(32%)	934,1	1.081,1	(14%)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(137,2)	(173,4)	(193,5)	(21%)	(29%)	(330,8)	(378,7)	(13%)
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	6,7	30,5	7,5	(78%)	(11%)	14,2	52,6	(73%)
Lucro líquido	247,2	367,1	370,3	(33%)	(33%)	617,5	755,0	(18%)
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	246,1	364,2	368,2	(32%)	(33%)	614,3	749,4	(18%)
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	1,1	3,0	2,2	(64%)	(50%)	3,2	5,6	(42%)
EBITDA	784,2	1.007,8	973,1	(22%)	(19%)	1.757,3	2.065,4	(15%)
GLP vendido (mil toneladas)	445,3	446,7	414,5	0%	7%	859,7	853,6	1%
Combustível vendido (m³)	5.937,9	5.948,0	5.554,1	0%	7%	11.492,1	11.882,2	(3%)
Químicos vendidos (mil toneladas)	182,7	183,7	195,9	(1%)	(7%)	378,5	365,2	4%

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais**Padrões e critérios aplicados na preparação das informações trimestrais consolidadas**

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas com base nas informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2017, que foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações financeiras da Ipiranga, Oxiteno, Ultragas, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Comentário do Desempenho

Ultrapar

	2T17	2T16	1T17	Δ (%) 2T17 v 2T16	Δ (%) 2T17 v 1T17	1S17	1S16	Δ (%) 1S17 v 1S16
Receita líquida	19.173	19.298	18.728	(1%)	2%	37.901	38.823	(2%)
Lucro líquido ¹	247	367	370	(33%)	(33%)	618	755	(18%)
Lucro por ação atribuível aos acionistas ²	0,45	0,67	0,68	(32%)	(33%)	1,13	1,38	(67%)
EBITDA	784	1.008	973	(22%)	(19%)	1.757	2.065	(15%)
Investimentos	484	386	485	25%	0%	969	684	42%

Valores em R\$ milhões (exceto LPA)

¹No padrão contábil IFRS, o lucro líquido consolidado inclui o lucro líquido atribuível à participação de acionistas não controladores das controladas

²Calculado em reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria

Receita líquida – Total de R\$ 19.173 milhões (-1%) devido à Ipiranga e à Oxitenio, que apresentaram redução, atenuada por crescimento na Ultragas, Ultracargo e Extrafarma. Em relação ao 1T17, a receita líquida foi 2% superior, devido ao crescimento da receita em todos os negócios, com exceção da Oxitenio. No semestre, a receita líquida totalizou R\$ 37.901 milhões, queda de 2% em relação ao 1S16.

EBITDA – Total de R\$ 784 milhões (-22%) em função de reduções no EBITDA das empresas, com exceção da Ultragas. Em relação ao 1T17, o EBITDA apresentou redução de 19%, principalmente em função de reduções no EBITDA da Ipiranga e Oxitenio, ambos afetados por eventos específicos. No semestre, o EBITDA da Ultrapar totalizou R\$ 1.757 milhões, queda de 15% em comparação ao 1S16.

Depreciação e amortização – Total de R\$ 294 milhões (+7%) em função dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses, com destaque para a expansão da rede de postos da Ipiranga. Na comparação com o 1T17, o total de custos e despesas com depreciação e amortização apresentou redução de 1%. No semestre, custos e despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$ 589 milhões, 8% superior ao 1S16.

Resultado financeiro – O endividamento líquido da Ultrapar em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 6,2 bilhões (1,59x LTM EBITDA), em comparação a R\$ 5,5 bilhões em 30 de junho de 2016 (1,32x LTM EBITDA). A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 113 milhões, menor em R\$ 110 milhões, devido à queda do CDI na comparação anual, apesar da maior dívida líquida, e aos efeitos cambiais dos períodos. Em relação ao 1T17, a despesa financeira líquida apresentou redução de R\$ 8 milhões, devido aos efeitos cambiais dos períodos e ao menor CDI, efeitos atenuados pela reversão da provisão do ICMS na base de cálculo do PIS e Confins no 1T17, no valor de R\$ 43 milhões. No semestre, a despesa financeira líquida totalizou R\$ 234 milhões, queda de 47% em comparação ao 1S16.

Lucro líquido – Total de R\$ 247 milhões (-33%) em função da redução do EBITDA e da maior depreciação e amortização, atenuados por menores despesas financeiras líquidas. Em relação ao 1T17, o lucro líquido foi 33% menor, em função também da redução do EBITDA. No 1S17, o lucro líquido totalizou R\$ 618 milhões, redução de 18% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Fluxo de caixa operacional – Total de R\$ 1.293 milhões (+R\$ 625 milhões) em função do menor investimento em capital de giro, que passou de um investimento de R\$ 329 milhões no 1S16 a um desinvestimento de R\$ 271 milhões no 1S17.

Comentário do Desempenho

Ipiranga

	2T17	2T16	1T17	Δ (%) 2T17 v 2T16	Δ (%) 2T17 v 1T17	1S17	1S16	Δ (%) 1S17 v 1S16
Volume total (mil m³)	5.938	5.948	5.554	0%	7%	11.492	11.882	(3%)
Diesel	2.983	3.144	2.718	(5%)	10%	5.701	6.147	(7%)
Ciclo Otto	2.870	2.710	2.753	6%	4%	5.623	5.555	1%
Outros ¹	85	95	84	(10%)	2%	169	180	(6%)
EBITDA (R\$ milhões)	582	718	705	(19%)	(17%)	1.288	1.430	(10%)

¹Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

Desempenho operacional – Volume total de 5.938 mil m³ no 2T17, estável em relação ao 2T16, reforçando a inversão de tendência vista no trimestre anterior. O ciclo Otto apresentou crescimento de 6% em relação ao 2T16, fruto da aceleração dos investimentos para expansão da rede de postos, que contribuirão progressivamente para a recuperação dos volumes, e da recuperação de participação de mercado. Já o volume de diesel apresentou redução de 5% em relação ao 2T16, acompanhando o desempenho fraco da economia, apesar de um melhor desempenho nos segmentos de atacado. Em relação ao 1T17, o volume total vendido apresentou aumento de 7%, devido à sazonalidade entre os períodos. No semestre, o volume total da Ipiranga atingiu 11.492 mil m³, queda de 3% em relação ao 1S16.

Receita líquida – Total de R\$ 16.279 milhões no 2T17 (-2%) em função principalmente das movimentações dos custos de gasolina e diesel pela Petrobras, atenuadas pela estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. Em relação ao 1T17, a receita líquida apresentou aumento de 2%, devido ao maior volume vendido, atenuado pelas movimentações mencionadas anteriormente. No semestre, a receita líquida totalizou R\$ 32.198 milhões, 4% inferior ao 1S16.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 15.287 milhões no 2T17 (-1%) principalmente em função das movimentações dos custos dos derivados pela Petrobras. Em relação ao 1T17, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 3% e é também reflexo do fator explicado anteriormente na variação da receita. No semestre, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 30.116 milhões, 4% inferior ao 1S16.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 614 milhões no 2T17 (+10%) devido a (i) variações na provisão para crédito de liquidação duvidosa, (ii) maiores despesas com programas de marketing e expansão e (iii) maiores despesas com estudos e projetos para iniciativas de inovação. Em relação ao 1T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 3%, principalmente devido a maiores despesas com frete, consequência do maior volume vendido, parcialmente compensadas por menores despesas com marketing, redução típica entre primeiro e segundo trimestres, em função da convenção anual com revendedores em fevereiro. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 1.208 milhões, crescimento de 10% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA – Total de R\$ 582 milhões (-19%) influenciado principalmente pelos efeitos de estoque decorrentes da redução nos custos de gasolina, etanol e diesel e concentração de despesas. Em relação ao 1T17, o EBITDA apresentou redução de 17%, devido basicamente ao fator explicado anteriormente. No semestre, o EBITDA da Ipiranga totalizou R\$ 1.288 milhões, queda de 10% em relação ao 1S16.

Investimentos – Foram investidos R\$ 277 milhões, direcionados principalmente à ampliação e manutenção da rede de postos e franquias. A rede de postos apresentou crescimento de 6% na comparação anual, com a abertura líquida de 95 postos no trimestre e 464 nos últimos 12 meses. Do total dos investimentos, R\$ 236 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível e R\$ 40 milhões a liberações de financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos. No 1S17, foram investidos R\$ 571 milhões, sendo R\$ 109 milhões referentes a liberações a clientes, líquidos de repagamentos, com adição líquida de 180 novos postos à rede no semestre, enquanto no mesmo período do ano anterior foram 49 novos postos.

Comentário do Desempenho

Oxiteno

	2T17	2T16	1T17	Δ (%) 2T17 v 2T16	Δ (%) 2T17 v 1T17	1S17	1S16	Δ (%) 1S17 v 1S16
Volume total (mil tons)	183	184	196	(1%)	(7%)	379	365	4%
Especialidades	151	147	157	3%	(4%)	309	293	5%
Commodities	31	37	38	(15%)	(18%)	70	72	(3%)
Vendas no Brasil	131	133	140	(2%)	(6%)	270	261	4%
Vendas no mercado externo	52	51	56	3%	(8%)	108	105	4%
EBITDA (R\$ milhões)	34	117	112	(71%)	(70%)	145	315	(54%)

Desempenho operacional – Volume vendido total de 183 mil toneladas (-1% ou 1 mil ton). O volume vendido de especialidades foi 3% maior, quarto trimestre consecutivo de crescimento, com aumento de 3% no mercado interno, influenciado pelo desenvolvimento de novos produtos e soluções aos clientes, com destaque para os segmentos de petróleo e gás e fluidos automotivos. No mercado externo o crescimento em especialidades foi de 4%, com maiores vendas nos EUA devido ao pré-marketing da nova planta em Pasadena. As *commodities* apresentaram queda de 15%, em função de volatilidade de preços e de demanda de produto. Comparado ao 1T17, o volume total de vendas foi 7% (13 mil ton) menor, principalmente em decorrência de menores vendas de *commodities*. No semestre, o volume da Oxiteno totalizou 379 mil toneladas, 4% superior ao mesmo período do ano passado.

Receita líquida – Total de R\$ 885 milhões (-3%) em função do Real 8% mais apreciado em relação ao dólar, parcialmente compensado por um preço médio em dólar 7% maior devido a preços mais favoráveis de *commodities* e pela maior participação de especialidades no mix de produtos. Em relação ao 1T17, a queda também foi de 3%, devido ao menor volume vendido, parcialmente compensado pela depreciação de 2% do Real frente ao dólar e pela melhor composição de vendas. No semestre, a receita líquida totalizou R\$ 1.798 milhões, 6% abaixo do 1S16.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 731 milhões (+7%) devido (i) aos custos variáveis unitários em dólar 20% maiores, em função do aumento verificado ao longo de 2016 e início de 2017 de certas matérias-primas, (ii) a maiores custos pré-operacionais na nova unidade dos EUA e (iii) a custos relacionados à parada prolongada da planta Oleoquímica, atenuados pelo Real 8% mais apreciado em relação ao dólar. Em relação ao 1T17, o custo dos produtos vendidos se manteve estável, no qual a depreciação de 2% do Real frente ao dólar foi atenuada pelo menor volume de vendas. No semestre, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 1.461 milhões, crescimento de 6% em relação ao 1S16.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 157 milhões (+5%) principalmente em função (i) de despesas pré-operacionais na nova unidade dos EUA e (ii) dos efeitos da parada da planta Oleoquímica, parcialmente compensadas pela valorização do Real sobre as despesas com unidades internacionais e logística. Em relação ao 1T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 1%, explicada, sobretudo, por maiores despesas com consultoria e assessoria jurídica. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas somaram R\$ 313 milhões, 5% maior se comparado ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA – Total de R\$ 34 milhões (-71%) principalmente em função da valorização do Real frente ao dólar e efeitos não recorrentes (i) da queda significativa nos preços de matérias-primas a partir de março de 2017, gerando um efeito negativo de estoques, mas também maior competitividade dos produtos da Oxiteno ao longo dos meses seguintes e (ii) dos problemas técnicos na repartida da planta Oleoquímica, ambos somando um efeito negativo de R\$ 37 milhões no 2T17. Em relação ao 1T17, o EBITDA apresentou queda de 70%, principalmente em função da reversão da provisão constituída referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, no valor de R\$ 49 milhões no 1T17, da perda de estoque e dos problemas técnicos na repartida da planta Oleoquímica, atenuados pelo Real mais depreciado em relação ao dólar. No semestre, o EBITDA totalizou R\$ 145 milhões, 54% abaixo do 1S16.

Investimentos – Foram investidos R\$ 114 milhões, direcionados principalmente aos investimentos na nova planta de alcoxilação nos Estados Unidos, prevista para entrar em operação em 2018, e à manutenção de suas unidades produtivas. No semestre, foram investidos R\$ 188 milhões.

Comentário do Desempenho

Ultragaz

	2T17	2T16	1T17	Δ (%) 2T17 v 2T16	Δ (%) 2T17 v 1T17	1S17	1S16	Δ (%) 1S17 v 1S16
Volume total (mil tons)	445	447	414	0%	7%	860	854	1%
Envasado	307	301	282	2%	9%	589	578	2%
Granel	139	146	132	(5%)	5%	271	275	(2%)
EBITDA (R\$ milhões)	124	108	120	14%	3%	244	217	13%

Desempenho operacional – Volume vendido total de 445 mil toneladas, estável na comparação anual, apesar do menor número de dias úteis, com crescimento de 2% no segmento envasado, fruto dos investimentos para adição de novas revendas. Esse crescimento foi compensado pela queda de 5% no segmento granel, devido ao volume vendido para clientes industriais pontualmente maior no 2T16, e maior perda de clientes para o gás natural. Em relação ao 1T17, o volume vendido apresentou aumento de 7%, principalmente em função da sazonalidade entre os períodos e maior consumo de novos clientes, com crescimento em todos os segmentos, apesar do menor número de dias úteis. No semestre, a Ultragaz apresentou volume de 860 mil toneladas, 1% superior ao 1S16.

Receita líquida – Total de R\$ 1.473 milhões (+10%) em função (i) das movimentações nos custos do GLP pela Petrobras e (ii) da estratégia de diferenciação e inovação, atenuados pela menor participação do granel na composição de vendas. Em relação ao 1T17, a receita líquida apresentou aumento de 9% em função do maior volume vendido e dos movimentos nos custos do GLP pela Petrobras. No semestre, a receita líquida totalizou R\$ 2.825 milhões, aumento de 10% em relação ao 1S16.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 1.236 milhões (+10%) principalmente em função (i) dos aumentos dos custos de GLP pela Petrobras e (ii) de maiores custos logísticos devido ao aumento de retirada de produtos em polos mais distantes. Em relação ao 1T17, o custo dos produtos vendidos cresceu 9%, em função do maior volume vendido e dos movimentos nos custos do GLP pela Petrobras. No semestre, o custo dos produtos vendidos da Ultragaz totalizou R\$ 2.370 milhões, 10% superior ao 1S16.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 161 milhões (+8%) devido principalmente a maiores despesas com marketing e aos efeitos da inflação sobre as despesas com pessoal. Em relação ao 1T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 13% devido a maiores despesas de marketing e projetos. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 303 milhões, 4% superior ao 1S16.

Resultado na venda de bens – O resultado na venda de bens da Ultragaz totalizou uma receita de R\$ 2 milhões no 2T17, ante resultados neutros no 1T17 e 2T16. No 2T17 e 1S17, o resultado é explicado principalmente pela maior venda de vasilhames.

EBITDA – Total de R\$ 124 milhões (+14%), fruto de iniciativas comerciais para captura de novos clientes e revendas e da estratégia de diferenciação e inovação. Em relação ao 1T17, o EBITDA apresentou crescimento de 3%, principalmente em função do maior volume vendido. Para o 1S17, o EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 244 milhões, 13% superior ao 1S16.

Investimentos – Na Ultragaz, foram investidos R\$ 48 milhões, direcionados principalmente para novos clientes do segmento granel e aquisição de vasilhames. No semestre, foram investidos R\$ 128 milhões.

Comentário do Desempenho

Ultracargo

	2T17	2T16	1T17	Δ (%) 2T17 v 2T16	Δ (%) 2T17 v 1T17	1S17	1S16	Δ (%) 1S17 v 1S16
Armazenagem efetiva ¹ (mil m ³)	727	662	695	10%	5%	711	660	8%
EBITDA (R\$ milhões)	26	42	22	(38%)	20%	48	74	(36%)

¹Média mensal

Desempenho operacional – A armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 10% em relação ao 2T16, devido à maior movimentação de combustíveis nos terminais de Aratu, Suape e Santos, reflexo da retomada parcial das atividades no terminal, com o retorno em junho de 67,5 mil m³ dos 151,5 mil m³ suspensos desde o acidente em abril de 2015. Comparado ao 1T17, a armazenagem média dos terminais da Ultracargo cresceu 5%, em função da maior movimentação de combustíveis, operações *spot* de etanol e da retomada parcial em Santos. No semestre, a armazenagem média da Ultracargo cresceu 8%.

Receita líquida – Total de R\$ 106 milhões no 2T17 (+25%), devido (i) ao aumento na armazenagem média, com maior ocupação de combustíveis, (ii) a preços médios superiores em todos os terminais e (iii) à retomada parcial em Santos. Em relação ao 1T17, a receita líquida foi 6% maior, principalmente em função da maior movimentação de combustíveis e retomada parcial em Santos. No 1S17, a receita líquida totalizou R\$ 207 milhões, 25% superior ao 1S16.

Custo dos serviços prestados – Total de R\$ 54 milhões (+8%) devido aos maiores gastos com pessoal e com materiais, em linha com o crescimento da operação de combustíveis nos terminais. Em relação ao 1T17, o custo dos serviços prestados cresceu 7%, em função de maiores gastos com pessoal e manutenção nos terminais. No semestre, o custo dos serviços prestados totalizou R\$ 104 milhões, crescimento de 7% em relação ao 1S16.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 28 milhões (+26%) principalmente em função das maiores despesas com pessoal e serviços de assessoria jurídica. Em relação ao 1T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas tiveram aumento de 13%, principalmente devido a maiores despesas com pessoal e com consultorias e assessoria jurídica. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 53 milhões, 27% superior ao 1S16.

Outros resultados operacionais – A linha de “Outros resultados operacionais” totalizou no 2T17 uma despesa líquida de R\$ 15 milhões, comparada a uma receita líquida de R\$ 18 milhões no 2T16 e uma despesa líquida de R\$ 16 milhões no 1T17. Tanto no 1T17 quanto no 2T17, o valor é composto por despesas relacionadas ao comissionamento e licenciamento do terminal de Santos, enquanto no 2T16, além das despesas, a Ultracargo registrou também receita relacionada a recebimentos de seguro, no valor de R\$ 30 milhões.

Resultado na venda de bens – O resultado na venda de bens da Ultracargo totalizou uma receita de R\$ 5 milhões no 2T17, ante resultados neutros no 1T17 e 2T16. No 2T17 e 1S17, o resultado é explicado principalmente pela venda dos ativos não operacionais de Paulínia e Camaçari.

EBITDA – Total de R\$ 26 milhões (-38%) devido principalmente ao recebimento de seguros relacionados ao incêndio em Santos no valor de R\$ 30 milhões no 2T16. Na mesma comparação, excluindo os não recorrentes referentes às despesas e receitas relacionados ao incêndio em Santos e ao resultado na venda de bens, o EBITDA ex-não recorrentes aumentou 63%, devido à maior armazenagem média e ao preço médio superior, refletindo também a retomada das operações no terminal de Santos. Em relação ao 1T17, o EBITDA apresentou crescimento de 20% devido à maior armazenagem média e melhores preços, com destaque para a movimentação de combustíveis, e de 3% excluindo os efeitos não-recorrentes. No primeiro semestre, o EBITDA reportado atingiu R\$ 48 milhões, uma queda de 36% em relação ao 1S16, comparação afetada pelo recebimento de seguros no mesmo período do ano anterior.

Investimentos – Na Ultracargo, foram investidos R\$ 3 milhões, direcionados principalmente à manutenção e modernização dos sistemas de segurança dos terminais. No semestre, foram investidos R\$ 13 milhões.

Comentário do Desempenho

Extrafarma

	2T17	2T16	1T17	Δ (%) 2T17 v 2T16	Δ (%) 2T17 v 1T17	1S17	1S16	Δ (%) 1S17 v 1S16
Receita bruta (R\$ milhões)	482	409	476	18%	1%	958	781	23%
Número de lojas (final do período)	341	280	321	22%	6%	341	280	22%
% de lojas maduras (+3 anos)	53%	60%	55%	(6,9 p.p.)	(2,7 p.p.)	53%	60%	(6,9 p.p.)
EBITDA (R\$ milhões)	10	12	4	(20%)	142%	14	17	(21%)

Desempenho operacional – A Extrafarma encerrou o 2T17 com 341 lojas (+22%, com 78 aberturas e 17 fechamentos). Ao final do 2T17, 47% das lojas possuíam até três anos de operação em comparação a 40% no 2T16. Em relação ao 1T17, a Extrafarma abriu 22 novas lojas, com 2 fechamentos, sendo duas aberturas em um novo estado (Bahia – o 11º estado com presença da rede).

Receita bruta – Total de R\$ 482 milhões (+18%) em função do crescimento de 22% no faturamento do varejo, consequência do maior número médio de lojas e do aumento do *same store sales* em 10% (6% em lojas maduras). Em relação ao 1T17, a receita bruta cresceu 1% em decorrência do reajuste anual de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) em abril de 2017 e maior número médio de lojas. No semestre, a receita bruta totalizou R\$ 958 milhões, crescimento de 23% em relação ao 1S16.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto – Total de R\$ 308 milhões (+19%) principalmente em decorrência do maior volume de vendas. O lucro bruto atingiu R\$ 146 milhões (+13%) principalmente devido ao aumento no faturamento, parcialmente compensado por um ganho nos estoques em patamar inferior ao registrado no ano anterior em decorrência do reajuste médio anual da CMED de 3% contra 12% no ano anterior. Em relação ao 1T17, o custo dos produtos vendidos foi 1% maior e o lucro bruto ficou estável, em linha com o desempenho do varejo no período. No semestre, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 612 milhões e o lucro bruto R\$ 292 milhões, 23% e 21%, respectivamente, acima do 1S16.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 151 milhões (+19%). O aumento é função, principalmente, do número médio de lojas 22% maior. Excluindo os efeitos de novas lojas, a Extrafarma apresentou crescimento de despesas abaixo da inflação, fruto de ações de ganho de produtividade implementadas no período. Em relação ao 1T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 1%, em função dos mesmos fatores citados acima, atenuado pelas despesas não-recorrentes no 1T17 com a transferência do CD, no valor de R\$ 6 milhões. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 301 milhões, 24% superior ao 1S16.

Resultado na venda de bens – O resultado na venda de bens da Extrafarma foi neutro no 2T17 e 2T16 e totalizou uma despesa líquida de R\$ 6 milhões no 1T17. No 1T17 e no 1S17, o resultado é explicado pela baixa das benfeitorias não depreciadas resultante da transferência do CD.

EBITDA – Total de R\$ 10 milhões (-20%). A queda é função, principalmente, do maior número de lojas ainda em maturação e do maior patamar de ganhos nos estoques no 2T16, decorrente do maior ajuste anual de medicamentos da CMED naquele trimestre. Os efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento de 10% no *same store sales* e por ações implementadas para elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico, com destaque para as iniciativas de redução de despesas. Em relação ao 1T17, o EBITDA reportado cresceu de R\$ 4 milhões para R\$ 10 milhões, principalmente em função das despesas pontuais de R\$ 11 milhões com a transferência do CD de Belém para Benevides no 1T17. No semestre, o EBITDA totalizou R\$ 14 milhões, queda de 21% em relação ao 1S16.

Investimentos – Foram investidos R\$ 36 milhões, direcionados principalmente à abertura de novas lojas e reforma das lojas existentes. Neste trimestre, finalizamos a troca da nova marca, incorporando os atributos da nova identidade visual em todas as lojas da rede. No semestre, foram investidos R\$ 58 milhões.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grânéis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 30.

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o IAS 32, IAS 39 e *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- **Empréstimos e recebíveis:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 31.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 31 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais (vide notas explicativas nº 3.b e 11).

Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 32.c).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato (vide nota explicativa nº 13.v).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi).

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 11.463 de ganho cambial (R\$ 7.519 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2016), vide nota explicativa nº 23.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiten Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 19 de maio de 2017, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 38 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

a) *DIPRO - Tipo de Cambio Protegido*: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 9,975 VEF/US\$ para compra e 10,00 VEF/US\$ para venda, e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) e para matérias-primas e insumos associados à produção destes setores, sendo canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*; e

b) *DICOM - Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado*: o Bolívar é negociado à taxa de 2.640,00 VEF/US\$ para venda e 2.633,40 VEF/US\$ para compra em 30 de junho de 2017, e é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambiário, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade utiliza a taxa de câmbio DICOM na conversão.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de seis meses findo em 30 junho de 2017 totalizou R\$ 3.455 (ganho de R\$ 5.170 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016).

s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 31), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 31), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 22 e 31). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante. Não foram identificadas a aplicabilidade do ajuste a valor presente que tenham efeitos relevantes.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. *Combinação de negócios*

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. *Demonstrações de valor adicionado*

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. *Demonstrações dos fluxos de caixa*

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos.

y. *Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS*

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de junho de 2017:

	CPC	<u>Vigente em</u>
	correspondente	
• Divulgação do IAS 7 (<i>Disclosure Initiative - Amendments to IAS 7</i>): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento.	03 (R2)	2017
• Reconhecimento de Imposto de Renda Diferido Ativo IAS 12 (<i>Recognition of Deferred Tax Assets for Unrealised Losses -Amendments to IAS 12</i>): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.	32	2017

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	CPC correspondente	<u>Vigente em</u>
<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i>. 	48	2018
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. 	47	2018
<ul style="list-style-type: none"> Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. 	*	2019

(*) O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente a esse IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

z. *Autorização para a emissão das informações trimestrais*

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 9 de agosto de 2017.

3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições sob aprovação

a) Princípios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

b) Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/06/2017		31/12/2016	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Urugua S.A.	Urugua	Oxiten	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Oxiten Overseas Corp. ⁽²⁾	Britânicas	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- ⁽¹⁾ Em junho de 2017 foi constituída a Ultragaz Comercial Ltda. que poderá concentrar algumas atividades atualmente exercidas pelas sócias quotistas.
- ⁽²⁾ Visando a simplificação societária, em abril de 2017, a Oxiteno Overseas Corp. foi incorporada pela Global Petroleum Products Trading Corporation (“GPPTC”).

c) Associação em andamento

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. Nos termos deste acordo, a associação será formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Ipiranga e Chevron deterão 56% e 44%, respectivamente, do capital da nova empresa. Em 9 de fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). A decisão da SG foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de fevereiro de 2017. Em 2 de março de 2017, o CADE emitiu certificado aprovando a decisão publicada em 10 de fevereiro de 2017. A consumação da operação está em andamento devido a determinadas condições precedentes usuais em negócios dessa natureza.

d) Aquisições sob aprovação

Em 12 de junho de 2016, a Sociedade através da controlada IPP assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% da Alesat Combustíveis S.A. (“ALE”) e dos ativos que integram a sua operação. O valor da transação totalizava R\$ 2.168 milhões, que seria reduzido pelo valor da dívida líquida da ALE em 31 de dezembro de 2015, sujeito a ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento da transação. Em 3 de agosto de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação estava sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 2 de agosto de 2017, o Tribunal do CADE apreciou a transação e decidiu por sua reprovação (vide nota explicativa nº 34.b).

Em 17 de novembro de 2016, a Sociedade através da controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”). O valor da transação totaliza R\$ 2.665 milhões e será corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), entre as datas de assinatura e de fechamento da operação. O valor ainda estará sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Liquigás entre 31 de dezembro de 2015 e a data de fechamento da transação. Em 23 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 31 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.142.270 em 30 de junho de 2017 (R\$ 5.701.849 em 31 de dezembro de 2016) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	146	84	46.526	47.177
Em moeda estrangeira	-	-	76.907	66.141
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	52.404	127.860	4.374.575	3.837.807
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	91.350	323.033
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>52.550</u>	<u>127.944</u>	<u>4.589.358</u>	<u>4.274.158</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	66.356	1.052	1.244.727	1.174.458
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	150.137	34.775
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	158.048	218.458
Total de aplicações financeiras	<u>66.356</u>	<u>1.052</u>	<u>1.552.912</u>	<u>1.427.691</u>
Circulante	<u>66.356</u>	<u>1.052</u>	<u>1.535.026</u>	<u>1.412.587</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.886</u>	<u>15.104</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cientes nacionais	3.150.414	3.315.783
Financiamentos a clientes – Ipiranga	539.380	466.277
Cientes estrangeiros	210.534	180.679
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(267.216)</u>	<u>(233.332)</u>
	<u>3.633.112</u>	<u>3.729.407</u>
Circulante	<u>3.380.817</u>	<u>3.502.322</u>
Não circulante	<u>252.295</u>	<u>227.085</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	<u>Total</u>	<u>Vencidos</u>					
		<u>A vencer</u>	<u>< 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>
30/06/2017	3.900.328	3.144.854	122.371	65.152	45.387	94.192	428.372
31/12/2016	3.962.739	3.326.934	167.790	44.152	23.738	60.150	339.975

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	233.332
Adições	37.958
Baixas	<u>(4.074)</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>267.216</u>

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 31 – Risco de crédito de clientes.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	416.728	(17.969)	398.759	425.335	(19.801)	405.534
Produtos em elaboração	1.338	-	1.338	2.011	-	2.011
Matérias-primas	305.883	(1.801)	304.082	246.974	(1.147)	245.827
Gás liquefeito de petróleo - GLP	65.823	(5.761)	60.062	71.466	(5.761)	65.705
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.244.302	(3.493)	1.240.809	1.317.042	(2.851)	1.314.191
Materiais de consumo e outros itens para revenda	123.743	(7.468)	116.275	138.610	(7.619)	130.991
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	350.534	(9.574)	340.960	352.187	(9.985)	342.202
Adiantamentos a fornecedores	99.959	-	99.959	228.871	-	228.871
Imóveis para revenda	25.982	(107)	25.875	25.982	(107)	25.875
	<u>2.634.292</u>	<u>(46.173)</u>	<u>2.588.119</u>	<u>2.808.478</u>	<u>(47.271)</u>	<u>2.761.207</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.271
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(4.645)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>3.547</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u><u>46.173</u></u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/06/2017	31/12/2016
Ajuste ao valor de realização	21.885	26.530
Obsolescência e outras perdas	<u>24.288</u>	<u>20.741</u>
Total	<u><u>46.173</u></u>	<u><u>47.271</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRPJ e CSLL	78.328	72.630	228.873	195.276
ICMS	-	-	505.387	459.255
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	(69.620)	(68.683)
PIS e COFINS	-	-	116.887	109.552
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina, Oxiteno Uruguay e Ultrapar International	-	-	21.716	22.121
Outros	-	-	10.081	6.868
Total	<u>78.328</u>	<u>72.630</u>	<u>813.324</u>	<u>724.389</u>
Circulante	<u>27.469</u>	<u>37.620</u>	<u>554.919</u>	<u>541.772</u>
Não circulante	<u>50.859</u>	<u>35.010</u>	<u>258.405</u>	<u>182.617</u>

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	68.683
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	<u>937</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>69.620</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- Controladora

	Ativo			Passivo	Resultado financeiro ⁽²⁾
	Contas a receber ⁽¹⁾	Debêntures ⁽²⁾	Total	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	768.160	768.160	-	49.220
Companhia Ultragaz S.A.	6.799	-	6.799	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	-	1.137	-
Total em 30 de junho de 2017	<u>6.799</u>	<u>768.160</u>	<u>774.959</u>	<u>1.137</u>	<u>49.220</u>

	Ativo	Passivo	Resultado financeiro ⁽²⁾⁽³⁾
	Debêntures ⁽²⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	772.425	-	67.790
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	679	-
Total em 31 de dezembro de 2016	<u>772.425</u>	<u>679</u>	
Total em 30 de junho de 2016			<u>67.790</u>

⁽¹⁾ Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 8.c).

⁽²⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua terceira emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽³⁾ Em março de 2009, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI. As debêntures subscritas pela Ultrapar foram liquidadas na data de seu vencimento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.512
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	4.112	874
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	6.796
Outros	490	1.318	-	-
Total em 30 de junho de 2017	<u>490</u>	<u>4.264</u>	<u>4.112</u>	<u>9.182</u>

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.534
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	7.259	5.820
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	18.186
Outros	490	1.326	-	-
Total em 31 de dezembro de 2016	<u>490</u>	<u>4.272</u>	<u>7.259</u>	<u>25.540</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	8.681
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	417.788
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.099	771
Total em 30 de junho de 2017	<u>1.102</u>	<u>427.240</u>

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	8.922
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	542.157
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	5.757	-
Total em 30 de junho de 2016	<u>5.760</u>	<u>551.079</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração de curto prazo	22.695	21.053
Remuneração em ações	2.746	2.758
Benefício pós-emprego	1.690	1.674
Remuneração de longo prazo	<u>1.770</u>	<u>1.220</u>
Total	<u><u>28.901</u></u>	<u><u>26.705</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e sete anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(531)	8.847
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(3.883)	13.264
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(18.081)	23.129
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(3.396)	2.603
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(8.044)	3.410
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(15.171)	3.927
14 de dezembro de 2011	80.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(4.794)	478
10 de novembro de 2010	86.672	2015 a 2017	26,78	9.602	(9.450)	152
	<u>1.600.072</u>			<u>119.160</u>	<u>(63.350)</u>	<u>55.810</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a amortização de R\$ 9.281 (R\$ 9.045 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.500.072
Ações outorgadas em 13 de março de 2017	<u>100.000</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>1.600.072</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	58.077	46.254
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	29	135.582	163.096
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	56.024	54.185
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	736	18.452
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	16.029	17.823
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	68.159	68.064
Provisão para retirada de tanques	-	-	23.713	23.419
Demais provisões	31.235	22.433	136.306	136.463
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	128.985	78.682
Total	31.235	22.462	623.611	606.438
Compensações de saldos passivos	(451)	-	(212.130)	(189.094)
Saldos líquidos apresentados no ativo	30.784	22.462	411.481	417.344
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.578	2.640
Arrendamento mercantil	-	-	3.646	3.899
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	48.430	59.264
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	103.353	74.895
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	45.808	46.202
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	4.125	2.290
Demais provisões	451	-	7.866	7.549
Total	451	-	215.806	196.739
Compensações de saldos ativos	(451)	-	(212.130)	(189.094)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	3.676	7.645

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	409.699	292.989
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(8.149)	76.623
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	4.876	-
Outros	1.379	(3.370)
Saldo final	<u>407.805</u>	<u>366.242</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	20	138.966
De 1 a 2 anos	10.405	77.727
De 2 a 3 anos	10.405	64.325
De 3 a 5 anos	10.405	158.437
De 5 a 7 anos	-	127.722
De 7 a 10 anos	-	56.434
	<u>31.235</u>	<u>623.611</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(20.951)	(34.179)	921.992	1.078.032
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	7.123	11.621	(313.477)	(366.531)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(451)	(109)	(27.021)	(23.944)
Receitas não tributáveis (ii)	-	-	1.439	2.290
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	6.117	7.271
Juros sobre capital próprio (iv)	(550)	(364)	(550)	(364)
Demais ajustes	13	4	2.712	2.575
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	6.135	11.152	(330.780)	(378.703)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	14.215	52.600
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	6.135	11.152	(316.565)	(326.103)
Corrente	(2.187)	(4.412)	(308.416)	(402.726)
Diferido	8.322	15.564	(8.149)	76.623
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	29,3	32,6	34,3	30,2

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas; e
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas é dedutível para fins de imposto de renda.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui ⁽¹⁾	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari ⁽²⁾	75	2016

⁽¹⁾ Em virtude de implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis – Maranhão, a SUDENE aprovou a redução de Imposto de Renda de 75% até 2025, por meio do laudo expedido em 4 de novembro de 2016. Em 28 de novembro de 2016, o Laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre o laudo, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2017, retroativo a janeiro de 2016, no montante de R\$ 1.620.

⁽²⁾ Em 10 abril de 2017 foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento do incentivo por mais 10 anos, em razão de modernizações efetuadas na planta.

Em 12 de junho de 2017, a controlada Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) protocolou pleito na SUDENE solicitando o incentivo de redução do IRPJ em 75% para sua planta em Camaçari - Bahia.

Em 3 de julho de 2017, a controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), protocolou pleito na SUDENE solicitando o incentivo de redução do IRPJ em 75% para sua planta em Juazeiro - Bahia.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2017, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 384.989 (R\$ 236.956 em 31 de dezembro de 2016) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 363.754 (R\$ 216.036 em 31 de dezembro de 2016), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre tais valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 128.985 em 30 de junho de 2017 (R\$ 78.682 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	30/06/2017	31/12/2016
Aluguéis ⁽¹⁾	262.793	196.944
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	44.695	44.719
Propaganda e publicidade	61.492	37.833
Prêmios de seguros	59.318	46.896
Manutenção de <i>software</i>	11.041	12.478
Compras de vale alimentação e transporte	1.749	1.526
Tributos e demais despesas antecipadas	<u>10.291</u>	<u>6.005</u>
	<u>451.379</u>	<u>346.401</u>
Circulante	<u>153.427</u>	<u>123.883</u>
Não circulante	<u>297.952</u>	<u>222.518</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/06/2017				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.118.373	5.383.173	14.776.165	2.468.080	457.737
Passivo	2.490	2.719.565	9.872.257	2.457.552	315.875
Patrimônio líquido	1.115.883	2.663.608(*)	4.903.908	10.528	141.862
Receita líquida de vendas e serviços	-	560.357	32.067.934	-	726.145
Lucro (prejuízo) líquido do período	27.058	128.300(*)	455.716	(20)	54.319
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33
	31/12/2016				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.197.373	5.320.676	14.180.685	2.428.309	403.847
Passivo	2.634	2.770.876	9.745.731	2.417.761	267.086
Patrimônio líquido	1.194.739	2.549.859(*)	4.434.954	10.548	136.761
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	30/06/2016			Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	605.353	33.377.445	745.845
Lucro líquido do período	40.373	198.859 (*)	520.428	38.384
Participação no capital social - %	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.
Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 30.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.194.739	2.549.859	4.434.954	10.548	8.190.100	45.409	8.235.509
Equivalência patrimonial	27.058	128.300	455.716	(20)	611.054	18.032	629.086
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(105.914)	-	-	-	(105.914)	(20.100)	(126.014)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(75)	-	(75)	-	(75)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(18.495)	13.313	-	(5.182)	3.762	(1.420)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	3.944	-	-	3.944	-	3.944
Saldo em 30 de junho de 2017	1.115.883	2.663.608	4.903.908	10.528	8.693.927	47.103	8.741.030

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.089.092	2.935.315	3.595.034	7.619.441	31.514	7.650.955
Equivalência patrimonial	40.373	198.859	520.428	759.660	12.745	772.405
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(79.523)	-	(79.523)	(4.299)	(83.822)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(21)	(21)	-	(21)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(84.932)	(84.932)	(9.909)	(94.841)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(76.175)	-	(76.175)	-	(76.175)
Saldo em 30 de junho de 2016	1.129.465	2.978.476	4.030.509	8.138.450	30.051	8.168.501

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de graneis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, constituída em novembro de 2012, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal, e no segmento de pagamento eletrônico de combustíveis em todo território nacional.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2017.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.518	45.409	66.215	116.142
Ajuste de avaliação patrimonial	-	3.762	-	3.762
Dividendos recebidos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(20.100)	-	(20.100)
Equivalência patrimonial	<u>852</u>	<u>18.032</u>	<u>(8.920)</u>	<u>9.964</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>5.370</u>	<u>47.103</u>	<u>57.295</u>	<u>109.768</u>

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.545	31.514	43.318	79.377
Aporte de capital	-	-	25.781	25.781
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(9.909)	-	(9.909)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(4.299)	-	(4.299)
Equivalência patrimonial	<u>(262)</u>	<u>12.745</u>	<u>(10.643)</u>	<u>1.840</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>4.283</u>	<u>30.051</u>	<u>58.456</u>	<u>92.790</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	30/06/2017		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	6.512	339.394	69.809
Ativo não circulante	6.377	118.343	123.297
Passivo circulante	1.376	252.840	78.516
Passivo não circulante	774	63.035	-
Patrimônio líquido	10.739	141.862	114.590
Receita líquida	7.898	726.145	11.527
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.436)	(652.203)	(40.198)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(758)	(19.623)	10.831
Lucro (prejuízo) líquido	1.704	54.319	(17.840)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	145.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50
	31/12/2016		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.228	286.916	93.634
Ativo não circulante	6.383	116.931	116.243
Passivo circulante	700	198.619	77.448
Passivo não circulante	876	68.467	-
Patrimônio líquido	9.035	136.761	132.429
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	145.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50
	30/06/2016		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	6.098	745.845	18.811
Custos e despesas operacionais	(7.088)	(689.924)	(51.397)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	466	(17.537)	11.300
Lucro (prejuízo) líquido	(524)	38.384	(21.286)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	124.360.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2017, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2017.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos					Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos recebidos	(576)	-	-	-	(399)	(975)
Equivalência patrimonial	<u>548</u>	<u>698</u>	<u>(14)</u>	<u>(55)</u>	<u>946</u>	<u>2.123</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>5.973</u>	<u>13.679</u>	<u>3.664</u>	<u>16</u>	<u>547</u>	<u>23.879</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.743	12.000	3.684	110	21.537
Dividendos recebidos	(352)	-	-	-	(352)
Equivalência patrimonial	<u>594</u>	<u>614</u>	<u>(6)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.201</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>5.985</u>	<u>12.614</u>	<u>3.678</u>	<u>109</u>	<u>22.386</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	30/06/2017				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.949	37.792	179	84	477
Ativo não circulante	17.039	72.128	10.266	1.658	2.821
Passivo circulante	762	8.211	8	35	74
Passivo não circulante	332	7.479	3.109	1.660	1.584
Patrimônio líquido	23.894	94.230	7.328	47	1.640
Receita líquida	5.211	25.651	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(3.019)	(21.680)	(54)	(102)	534
Resultado financeiro e imposto de renda	28	632	26	(21)	23
Lucro (prejuízo) líquido	2.220	4.603	(28)	(123)	557
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2016				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.524	28.358	220	169	1.178
Ativo não circulante	17.570	70.034	10.246	1.682	2.821
Passivo circulante	759	7.125	1	21	53
Passivo não circulante	332	5.226	3.109	1.616	1.667
Patrimônio líquido	24.003	86.041	7.356	214	2.279
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	30/06/2016				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	5.006	25.559	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.637)	(19.669)	(35)	(89)	472
Resultado financeiro e imposto de renda	5	(2.202)	24	(6)	28
Lucro (prejuízo) líquido	2.374	3.688	(11)	(95)	500
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2017
Custo:								
Terrenos	-	520.575	2.688	-	6.179	(963)	348	528.827
Edificações	30	1.440.204	5.804	-	25.864	(11.562)	4.305	1.464.615
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	796.521	6.192	-	69.066	(11.240)	-	860.539
Máquinas e equipamentos	12	4.225.056	70.670	-	45.901	(13.038)	3.695	4.332.284
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.429.079	66.929	-	30.413	(5.898)	-	2.520.523
Tanques e vasilhames para GLP	11	619.511	51.003	-	(594)	(19.247)	-	650.673
Veículos	7	271.133	11.629	-	3.301	(9.144)	11	276.930
Móveis e utensílios	9	204.550	10.365	-	5.588	(269)	288	220.522
Obras em andamento	-	523.285	259.813	-	(179.260)	-	4.210	608.048
Adiantamentos a fornecedores	-	96.423	24.469	-	(10.358)	-	2.434	112.968
Importações em andamento	-	58	576	-	(314)	-	(3)	317
Equipamentos de informática	5	288.705	16.592	-	2.225	(296)	301	307.527
		<u>11.415.100</u>	<u>526.730</u>	<u>-</u>	<u>(1.989)</u>	<u>(71.657)</u>	<u>15.589</u>	<u>11.883.773</u>
Depreciação acumulada:								
Edificações		(632.908)	-	(22.672)	83	4.824	74	(650.599)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(412.449)	-	(34.637)	(16)	6.706	1	(440.395)
Máquinas e equipamentos		(2.474.504)	-	(125.188)	(156)	8.200	7.998	(2.583.650)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.383.069)	-	(71.057)	(29)	5.115	-	(1.449.040)
Tanques e vasilhames para GLP		(276.414)	-	(22.643)	52	8.903	-	(290.102)
Veículos		(101.082)	-	(11.068)	79	5.380	28	(106.663)
Móveis e utensílios		(120.747)	-	(7.037)	(10)	233	363	(127.198)
Equipamentos de informática		(220.421)	-	(11.585)	(2)	255	(233)	(231.986)
		<u>(5.621.594)</u>	<u>-</u>	<u>(305.887)</u>	<u>1</u>	<u>39.616</u>	<u>8.231</u>	<u>(5.879.633)</u>
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	197	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(560)	(1.324)	-	-	-	(7)	(1.891)
Máquinas e equipamentos		(4.347)	-	-	-	8	(27)	(4.366)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(336)	-	-	-	149	-	(187)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	(1)
		<u>(5.524)</u>	<u>(1.324)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>354</u>	<u>(34)</u>	<u>(6.528)</u>
Custo líquido		<u>5.787.982</u>	<u>525.406</u>	<u>(305.887)</u>	<u>(1.988)</u>	<u>(31.687)</u>	<u>23.786</u>	<u>5.997.612</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2016	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Varição cambial	Saldo em 30/06/2017
Custo:								
Ágio (i)	-	1.454.484	-	-	-	-	-	1.454.484
Software (ii)	5	641.691	70.176	-	1.747	(1.063)	1.903	714.454
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	43.258	6.611	-	255	-	10	50.134
Fundo de comércio (v)	6	3.651.316	302.414	-	-	-	-	3.953.730
Marcas (vi)	-	112.936	-	-	-	-	609	113.545
Outros (vii)	4	39.172	286	-	-	-	581	40.039
		<u>5.975.474</u>	<u>379.487</u>	<u>-</u>	<u>2.002</u>	<u>(1.063)</u>	<u>3.103</u>	<u>6.359.003</u>
Amortização acumulada:								
Software		(396.702)	-	(27.722)	(4)	1.061	(1.158)	(424.525)
Tecnologia		(32.469)	-	(36)	-	-	-	(32.505)
Direitos de propriedade comercial		(19.568)	-	(1.737)	(1)	-	-	(21.306)
Fundo de comércio		(2.131.826)	-	(260.795)	(4.749)	-	-	(2.397.370)
Outros		(23.310)	-	(3.934)	-	-	(7)	(27.251)
		<u>(2.603.875)</u>	<u>-</u>	<u>(294.224)</u>	<u>(4.754)</u>	<u>1.061</u>	<u>(1.165)</u>	<u>(2.902.957)</u>
Custo líquido		<u>3.371.599</u>	<u>379.487</u>	<u>(294.224)</u>	<u>(2.752)</u>	<u>(2)</u>	<u>1.938</u>	<u>3.456.046</u>

i) O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e apresentam os seguintes saldos:

	Segmento	30/06/2017	31/12/2016
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga ¹	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxitenno Uruguay	Oxitenno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragas	13.403	13.403
Outros	Oxitenno	583	583
		<u>1.454.484</u>	<u>1.454.484</u>

¹ Inclui R\$ 246.163 na controladora.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de três anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2016 variaram de 10,4% a 16,6% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a controlada Oxiteno Andina, devido ao cenário macroeconômico na Venezuela, a taxa de desconto utilizada foi 287,9%.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2017 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovada pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram consideradas a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos.

Abertura de novos pontos comerciais (investimentos): para 2017 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovada pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados os planos de expansão de cada unidade de negócio, que leva em consideração também, o histórico de fechamento de estabelecimentos.

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

ii) *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”) possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil e da marca Extrafarma.

vii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	9.047	7.322
Despesas com vendas e comerciais	258.503	243.216
Despesas gerais e administrativas	26.674	23.425
	<u>294.224</u>	<u>273.963</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***14 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)****a. Composição**

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	Índice/Moeda	Encargos	Vencimento
				financeiros médios ponderados em 30/06/2017 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.451.808	2.412.112	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	1.282.532	942.456	US\$ + LIBOR (i)	+0,8	2017 a 2022
Financiamento externo (c.2, c.3 e c.4)	338.492	332.650	US\$ + LIBOR (i)	+1,9	2018 a 2020
Financiamento externo (c.1) (*)	260.447	486.451	US\$	+2,2	2018
Instituições financeiras (e)	197.255	195.021	US\$ + LIBOR (i)	+3,0	2019 a 2021
Instituições financeiras (e)	109.693	109.859	US\$	+2,9	2017 a 2022
Instituições financeiras (e)	36.230	24.586	MX\$ (ii)	+8,0	2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	23.984	32.582	US\$	+2,7	< 59 dias
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	15.185	111.066	US\$	+2,4	< 102 dias
BNDES (d)	5.754	7.137	US\$	+6,2	2017 a 2020
Instituições financeiras (e)	3.679	9.569	MX\$ + THIE (ii)	+1,5	2017
Instituições financeiras (e)	125	435	Bs\$ (vii)	+24,0	2017
Subtotal	<u>4.725.184</u>	<u>4.663.924</u>			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	3.021.290	2.956.547	CDI	107,3	2017 a 2022
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.2 e g.4)	1.910.545	1.914.498	CDI	107,1	2017 a 2021
Debêntures – 5ª emissão (g.3)	826.266	832.383	CDI	108,3	2018
Debêntures – CRA (g.5)	654.366	-	CDI	95,0	2022
Debêntures – CRA (g.5) (*)	332.852	-	IPCA	+4,7	2024
BNDES (d)	242.420	307.593	TJLP (iii)	+2,4	2017 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	158.159	158.753	CDI	101,5	2018
BNDES (d)	67.410	71.430	SELIC (vi)	+2,3	2017 a 2021
BNDES EXIM	62.422	62.084	TJLP (iii)	+3,5	2018
Arrendamento mercantil financeiro (i)	49.737	48.566	IGP-M (v)	+5,6	2017 a 2031
FINEP	42.134	48.667	R\$	+4,0	2017 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	37.618	47.120	R\$ (iv)	+8,5	2017 a 2021
BNDES (d)	33.084	40.309	R\$	+5,5	2017 a 2022
FINEP	33.665	34.613	TJLP (iii)	+0,9	2017 a 2023
BNDES EXIM	29.640	28.056	SELIC (vi)	+3,9	2018
FINAME	60	80	TJLP (iii)	+5,7	2017 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	21	41	R\$	+15,6	2017
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	-	109			
Subtotal	<u>7.501.689</u>	<u>6.550.849</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>131.529</u>	<u>202.357</u>			
Total	<u>12.358.402</u>	<u>11.417.130</u>			
Circulante	<u>3.091.775</u>	<u>2.475.604</u>			
Não circulante	<u>9.266.627</u>	<u>8.941.526</u>			

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de proteção).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 31).

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de junho de 2017, a TJLP estava fixada em 7,0% a.a.
- (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2017, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (vii) Bs\$ = Bolívar.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/06/2017	31/12/2016
De 1 a 2 anos	3.508.297	3.203.383
De 2 a 3 anos	853.656	1.699.009
De 3 a 4 anos	669.144	693.993
De 4 a 5 anos	1.405.518	554.162
Mais de 5 anos	<u>2.830.012</u>	<u>2.790.979</u>
	<u>9.266.627</u>	<u>8.941.526</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de *hedge*: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 470 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 103,1% do CDI (vide nota explicativa nº 31). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
jun/22	100,0	105,0
Total / custo médio	<u>470,0</u>	<u>103,1</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 2) A controlada LPG International Inc. possui financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.
- 3) A controlada GPPTC possui financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

- 4) A controlada GPPTC possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”), Oxiteno Uruguay e Oxiteno Andina possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. Os recursos estão sendo utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

A controlada Oxiteno USA possui empréstimo no montante de US\$ 20 milhões, com vencimento em setembro de 2021 com encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela Oxiteno S.A.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2017):

Vencimento	
jul/2017	175.202
nov/2017	101.103
jan/2018	175.202
abr/2018	101.103
fev/2019	169.356
mai/2019	1.282.747
mai/2020	338.859
mai/2021	338.859
mai/2022	338.859
	<hr/>
Total	<u>3.021.290</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- 1) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 2) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 4) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 5) Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries únicas de 660.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos serão destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,7%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ipiranga contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

h. Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a *software*, com prazo de 48 meses.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	30/06/2017		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	<i>Software</i>	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	16.182	38	16.220
Financiamento (valor presente)	<u>49.737</u>	<u>21</u>	<u>49.758</u>
Circulante	2.647	21	2.668
Não circulante	47.090	-	47.090
	31/12/2016		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	<i>Software</i>	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	17.078	223	17.301
Financiamento (valor presente)	<u>48.566</u>	<u>150</u>	<u>48.716</u>
Circulante	2.465	150	2.615
Não circulante	46.101	-	46.101

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	30/06/2017		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	<i>Software</i>	Total
Até 1 ano	5.113	22	5.135
De 1 a 2 anos	5.113	-	5.113
De 2 a 3 anos	5.113	-	5.113
De 3 a 4 anos	5.113	-	5.113
De 4 a 5 anos	5.113	-	5.113
Mais de 5 anos	<u>45.167</u>	-	<u>45.167</u>
Total	<u>70.732</u>	<u>22</u>	<u>70.754</u>

	31/12/2016		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	<i>Software</i>	Total
Até 1 ano	4.876	156	5.032
De 1 a 2 anos	4.876	-	4.876
De 2 a 3 anos	4.876	-	4.876
De 3 a 4 anos	4.876	-	4.876
De 4 a 5 anos	4.876	-	4.876
Mais de 5 anos	<u>45.516</u>	-	<u>45.516</u>
Total	<u>69.896</u>	<u>156</u>	<u>70.052</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2016	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2017
Notas no mercado externo (b)	0,0	16.612	-	(648)	15.964
Banco do Brasil (f)	0,2	12.182	-	(1.974)	10.208
Debêntures (g)	0,1	6.835	22.643	(1.306)	28.172
Financiamentos externos (c)	0,2	2.211	563	(857)	1.917
Outros	0,2	1.952	-	(283)	1.669
Total		39.792	23.206	(5.068)	57.930

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Notas no mercado externo (b)	1.349	1.425	1.505	1.589	1.677	8.419	15.964
Banco do Brasil (f)	4.372	4.380	695	496	265	-	10.208
Debêntures (g)	5.674	5.691	5.327	5.098	4.237	2.145	28.172
Financiamento externo (c)	1.271	449	174	23	-	-	1.917
Outros	504	521	479	165	-	-	1.669
Total	13.170	12.466	8.180	7.371	6.179	10.564	57.930

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 64.315 em 30 de junho de 2017 (R\$ 56.570 em 31 de dezembro de 2016) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 8.155.437 em 30 de junho de 2017 (R\$ 7.069.482 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 229.782 em 30 de junho de 2017 (R\$ 215.988 em 31 de dezembro de 2016) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R\$ 112.793 em 30 de junho de 2017 (R\$ 59.316 em 31 de dezembro de 2016).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 24.030 em 30 de junho de 2017 (R\$ 30.764 em 31 de dezembro de 2016), com vencimentos de até 211 dias. Até 30 de junho de 2017, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 586 em 30 de junho de 2017 (R\$ 743 em 31 de dezembro de 2016), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

15 Fornecedores (Consolidado)

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	1.048.592	1.620.388
Fornecedores estrangeiros	<u>116.832</u>	<u>89.265</u>
	<u>1.165.424</u>	<u>1.709.653</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***16 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	30/06/2017	31/12/2016
Provisões sobre folha de pagamento	190.367	162.216
Participação nos lucros, bônus e prêmios	83.387	140.504
Encargos sociais	41.961	49.812
Salários e honorários	6.783	7.893
Benefícios	1.837	1.938
Outros	926	355
	<u>325.261</u>	<u>362.718</u>

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	30/06/2017	31/12/2016
ICMS	100.795	105.160
PIS e COFINS	19.286	25.287
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno USA, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	21.713	16.148
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.754	3.620
ISS	7.018	8.074
IPI	6.259	5.965
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	3.663	5.305
Outros	907	1.474
	<u>162.395</u>	<u>171.033</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 12.262 (R\$ 11.444 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2017 atingiu 8.751 participantes ativos e 227 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 27 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2016, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	30/06/2017	31/12/2016
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	34.656	32.826
Multa FGTS	66.944	64.654
Gratificação	33.746	32.815
Seguro de vida ⁽¹⁾	15.227	14.456
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>150.573</u>	<u>144.751</u>
Circulante	23.211	24.940
Não circulante	127.362	119.811

⁽¹⁾ somente aplicável à Ipiranga.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	77.564	74.716
Adições (novos tanques)	280	160
Gastos com tanques retirados	(767)	(1.425)
Despesa com atualização	1.329	3.739
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>78.406</u>	<u>77.190</u>
Circulante	4.831	4.481
Não circulante	73.575	72.709

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Provisões e contingências (Consolidado)**a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/06/2017
IRPJ e CSLL (a.1.1)	473.490	-	(589)	14.720	487.621
PIS e COFINS (a.1.2)	141.112	-	(109.463)	2.643	34.292
ICMS	17.099	1.724	(918)	322	18.227
Previdenciárias	13.022	152	(270)	321	13.225
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	69.350	10.462	(1.242)	227	78.797
Trabalhistas (a.3.1)	65.162	7.191	(7.011)	581	65.923
Outras	547	-	(3)	13	557
Total	779.782	19.529	(119.496)	18.827	698.642
Circulante	52.694				50.472
Não circulante	727.088				648.170

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Tributários	663.137	643.423
Trabalhistas	73.452	70.392
Cíveis e outros	65.304	64.955
Total – ativo não circulante	801.893	778.770

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1) Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 472.760 em 30 de junho de 2017 (R\$ 457.868 em 31 de dezembro de 2016). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro.

a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 78.797 em 30 de junho de 2017 (R\$ 69.350 em 31 de dezembro de 2016).

a.3) Provisões trabalhistas

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 65.923 em 30 de junho de 2017 (R\$ 65.162 em 31 de dezembro de 2016) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.558.444 em 30 de junho de 2017 (R\$ 2.252.637 em 31 de dezembro de 2016).

b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.728.470 em 30 de junho de 2017 (R\$ 1.519.658 em 31 de dezembro de 2016), dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 175.826 em 30 de junho de 2017 (R\$ 169.889 em 31 de dezembro de 2016).

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 604.128 em 30 de junho de 2017 (R\$ 626.393 em 31 de dezembro de 2016). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 294.860 (R\$ 283.367 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$ 118.365 (R\$ 113.889 em 31 de dezembro de 2016) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 110.364 (R\$ 108.786 em 31 de dezembro de 2016); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 151.086 (R\$ 147.031 em 31 de dezembro de 2016) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 658.700 em 30 de junho de 2017 (R\$ 450.120 em 31 de dezembro de 2016) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1) No primeiro trimestre de 2017, a controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 183.084 em 30 de junho de 2017, que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 554.302 em 30 de junho de 2017 (R\$ 480.065 em 31 de dezembro de 2016), dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragas respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 31.888 em 30 de junho de 2017 (R\$ 31.281 em 31 de dezembro de 2016). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira satisfatória para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 33.

b.2.3) Em 2016, a controlada Cia. Ultragas tornou-se parte em dois processos administrativos e a controlada Bahiana tornou-se parte em um processo administrativo estabelecido pelo CADE com base em alegações de práticas anti-competitivas no Estado da Paraíba e no Distrito Federal. As controladas, em conjunto com seus advogados externos, estão avaliando os fatos e provas e pretendem apresentar a defesa. De acordo com a Lei 12.529/11 (Lei de Defesa da Concorrência), a multa por infração à ordem econômica pode variar de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa. Em 30 de junho de 2017, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Com base no acima exposto, e suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como “possível”, a Administração não reconheceu uma provisão para estas contingências em 30 de junho de 2017.

Caso seja concluído que as controladas tenham praticado atividades ou comportamento anticoncorrencial, estas poderão incorrer em multas, penalidades e/ou sanções criminais contra as mesmas e/ou determinados executivos, diretores ou funcionários.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.3) Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 275.672 em 30 de junho de 2017 (R\$ 252.914 em 31 de dezembro de 2016), dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

21 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2017	31/12/2016
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	19.220	18.620
Programa de fidelidade Km de Vantagens	12.535	13.062
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	2.377	3.128
	34.132	34.810
Circulante	21.277	22.300
Não circulante	12.855	12.510

Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são descontados da receita de vendas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2017 eram representadas por 2.260 lojas (2.165 lojas em 31 de dezembro de 2016). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2017 eram representadas por 1.649 lojas (1.594 lojas em 31 de dezembro de 2016). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

22 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 30 de junho de 2017, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.434.514 ações e totalizavam R\$ 177.479 (2.394.825 ações e totalizavam R\$ 153.429 em 31 de dezembro de 2016). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 30 de junho de 2017 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.037.669 (3.059.579 ações em 31 de dezembro de 2016). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 30 de junho de 2017, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de junho de 2017 era de R\$ 77,52.

Em 30 de junho de 2017, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2017 estavam em circulação no exterior 29.614.106 ações ordinárias na forma de ADRs (28.944.097 ações em 31 de dezembro de 2016).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de junho de 2017, 13.031.356 ações ordinárias (13.131.356 ações em 31 de dezembro de 2016) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,85 (R\$ 36,85 em 31 de dezembro de 2016).

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 30,37 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 dos custos na emissão dessas ações.

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 2.582.898 em 30 de junho de 2017 (R\$ 3.915.964 em 31 de dezembro de 2016). Conforme previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2017 deliberou sobre o excedente da reserva de lucros em relação ao capital social, capitalizando o montante de R\$ 1.333.066 referente à reserva de retenção de lucros.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade, (ii) administração própria e (iii) notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 31 – *Hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior), é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>			<u>Ajustes acumulados de conversão</u>
	<u>Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa</u>	<u>Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego</u>	<u>Total</u>	
Em 31 de dezembro de 2016	(26.883)	2.896	(23.987)	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	3.944
Variação de valor justo IR e CS sobre valor justo	(4.052)	-	(4.052)	-
	2.656	-	2.656	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	(24)	(24)	-
Em 30 de junho de 2017	<u>(28.279)</u>	<u>2.872</u>	<u>(25.407)</u>	<u>11.463</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Ajustes de avaliação patrimonial				Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 31 de dezembro de 2015	6.261	1.523	11.169	18.953	66.925
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	(76.175)
Varição de valor justo	(97.696)	(1)	-	(97.697)	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	4.327	4.327	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(1.471)	(1.471)	-
Em 30 de junho de 2016	<u>(91.435)</u>	<u>1.522</u>	<u>14.025</u>	<u>(75.888)</u>	<u>(9.250)</u>

g. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 472.650 (R\$ 0,87 – oitenta e sete centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017, e pagos a partir de 10 de março de 2017, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2017.

24 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	30/06/2017	30/06/2016
Receita de vendas bruta	38.881.490	39.742.444
Receita de serviços prestados bruta	342.626	294.968
Impostos sobre vendas	(864.834)	(959.426)
Devoluções e abatimentos	(461.002)	(259.028)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	<u>2.648</u>	<u>3.563</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>37.900.928</u>	<u>38.822.521</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	30/06/2017	30/06/2016
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	34.024.906	34.832.590
Gastos com pessoal	1.083.740	988.196
Fretes e armazenagens	549.144	525.374
Depreciação e amortização	589.216	545.363
Propaganda e marketing	104.190	91.124
Serviços prestados por terceiros	158.764	138.239
Aluguel de imóveis e equipamentos	93.194	79.699
Outras despesas	204.523	178.582
	<hr/>	<hr/>
Total	36.807.677	37.379.167
	<hr/>	<hr/>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	34.631.410	35.410.967
Despesas com vendas e comerciais	1.424.447	1.290.071
Despesas gerais e administrativas	751.820	678.129
	<hr/>	<hr/>
Total	36.807.677	37.379.167
	<hr/>	<hr/>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 27.077 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 23.055 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016).

26 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 150 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 (perda de R\$ 2.008 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	30/06/2017	30/06/2016
Parceria comercial ⁽¹⁾	20.971	19.316
Merchandising ⁽²⁾	9.254	22.075
Programa de fidelidade ⁽³⁾	14.096	5.638
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 33)	(33.305)	23.671
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 20.a.1.2)	49.152	-
Outros	<u>2.743</u>	<u>4.902</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u><u>62.911</u></u>	<u><u>75.602</u></u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***28 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	55.416	73.387	251.023	167.872
Juros de clientes	-	-	48.114	50.968
Outras receitas	-	-	2.162	2.087
	<u>55.416</u>	<u>73.387</u>	<u>301.299</u>	<u>220.927</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(385.130)	(364.196)
Juros sobre debêntures	(49.573)	(58.608)	(180.176)	(167.745)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(3.654)	(6.485)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.286)	(3.174)	(43.423)	(37.490)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	(1)	(1)	58.899	(28.588)
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 20.a.1.2)	-	-	43.411	-
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 22)	(26.095)	(45.775)	(26.095)	(45.775)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	588	(10)	849	(9.564)
	<u>(76.367)</u>	<u>(107.568)</u>	<u>(535.319)</u>	<u>(659.843)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(20.951)</u>	<u>(34.181)</u>	<u>(234.020)</u>	<u>(438.916)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 22, respectivamente.

Lucro básico por ação	30/06/2017	30/06/2016
Lucro líquido da Sociedade	614.270	749.378
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	541.774	541.356
Lucro básico por ação - R\$	1,1338	1,3843
Lucro diluído por ação	30/06/2017	30/06/2016
Lucro líquido da Sociedade	614.270	749.378
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	545.727	545.360
Lucro diluído por ação - R\$	1,1255	1,3741
Média ponderada das ações (em milhares)	30/06/2017	30/06/2016
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	541.774	541.356
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.386	2.150
Usufruto de ações	1.567	1.854
	<u>545.727</u>	<u>545.360</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>545.727</u>	<u>545.360</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	30/06/2017	30/06/2016
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	2.825.251	2.575.608
Ipiranga	32.198.215	33.457.554
Oxiten	1.797.537	1.912.980
Ultracargo	207.050	166.181
Extrafarma	904.101	737.113
Outros ⁽¹⁾	23.787	19.792
Vendas entre segmentos	(55.013)	(46.707)
Total	<u>37.900.928</u>	<u>38.822.521</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.192	1.587
Ipiranga	-	-
Oxiten	1.267	1.609
Ultracargo	28.867	23.838
Extrafarma	-	-
Outros ⁽¹⁾	23.687	19.673
Total	<u>55.013</u>	<u>46.707</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2017	30/06/2016
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.824.059	2.574.021
Ipiranga	32.198.215	33.457.673
Oxiteno	1.796.270	1.911.371
Ultracargo	178.183	142.343
Extrafarma	904.101	737.113
Outros ⁽¹⁾	100	-
Total	<u>37.900.928</u>	<u>38.822.521</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	158.694	138.429
Ipiranga	914.970	1.087.640
Oxiteno	71.623	238.075
Ultracargo	23.505	53.218
Extrafarma	(14.753)	(2.579)
Outros ⁽¹⁾	1.973	2.165
Total	<u>1.156.012</u>	<u>1.516.948</u>
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	891	(1)
Ipiranga	(8.372)	(10.049)
Oxiteno	684	608
Ultracargo	852	(262)
Outros ⁽¹⁾	18.032	12.745
Total	<u>12.087</u>	<u>3.041</u>
Receitas financeiras	301.299	220.927
Despesas financeiras	(535.319)	(659.843)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>934.079</u>	<u>1.081.073</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	143.222	155.145
Ipiranga	474.186	318.246
Oxiteno	189.929	103.126
Ultracargo	30.244	21.844
Extrafarma	57.915	44.601
Outros ⁽¹⁾	10.721	4.179
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	<u>906.217</u>	<u>647.141</u>
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(280)	(160)
Juros capitalizados	(12.642)	(11.024)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>893.295</u>	<u>635.957</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2017	30/06/2016
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	84.859	78.472
Ipiranga	372.082	341.986
Oxiteno	73.042	76.476
Ultracargo	23.472	21.460
Extrafarma	28.607	20.067
Outros ⁽¹⁾	7.154	6.902
Total	<u>589.216</u>	<u>545.363</u>
	30/06/2017	31/12/2016
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.342.325	2.308.686
Ipiranga	12.158.714	11.663.289
Oxiteno	6.285.667	6.354.788
Ultracargo	1.415.459	1.535.815
Extrafarma	1.749.108	1.719.524
Outros ⁽¹⁾	587.411	577.568
Total	<u>24.538.684</u>	<u>24.159.670</u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2017	31/12/2016
Estados Unidos	375.195	264.478
México	115.732	103.051
Uruguai	66.712	67.251
Venezuela	4.443	5.989
	<u>562.082</u>	<u>440.769</u>

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Receita líquida das vendas:		
Brasil	37.368.913	38.261.863
México	92.948	93.848
Uruguai	23.313	21.587
Venezuela	15.484	8.469
Outros países da América Latina	196.671	228.609
Estados Unidos e Canadá	91.130	85.354
Extremo Oriente	35.000	27.506
Europa	50.949	61.904
Outros	26.520	33.381
Total	<u>37.900.928</u>	<u>38.822.521</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	30/06/2017	31/12/2016
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	318,4	423,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	186,0	323,4
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	723,3	600,9
	<u>1.227,7</u>	<u>1.348,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(4.800,9)	(4.736,3)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(114,2)	(57,1)
	<u>(4.915,1)</u>	<u>(4.793,4)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>2.267,1</u>	<u>2.206,4</u>
Posição líquida ativa (passiva) – total	<u>(1.420,3)</u>	<u>(1.238,8)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	(0,3)	24,8
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	(1.420,0)	(1.263,6)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida passiva de R\$ 1.420,3 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(0,0)	(0,1)	(0,2)
(2) Efeito no patrimônio líquido		(142,0)	(355,0)	(710,0)
(1) + (2)		<u>(142,0)</u>	<u>(355,1)</u>	<u>(710,2)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	0,0	0,1	0,2
(4) Efeito no patrimônio líquido		142,0	355,0	710,0
(3) + (4)		<u>142,0</u>	<u>355,1</u>	<u>710,2</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 23.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/06/2017	31/12/2016
CDI			
Equivalentes de caixa	4	4.374,6	3.837,8
Aplicações financeiras	4	1.244,7	1.174,5
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	26,5	28,3
Financiamentos e debêntures	14	(6.570,6)	(5.862,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	(2.236,4)	(2.181,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada - CDI	31	(357,0)	-
Posição líquida passiva em CDI		<u>(3.518,2)</u>	<u>(3.003,3)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(338,5)	(404,4)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(338,5)</u>	<u>(404,4)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	31	1.480,2	1.149,7
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(1.818,3)	(1.470,1)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(338,1)</u>	<u>(320,4)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(3,7)	(9,6)
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(3,7)</u>	<u>(9,6)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(97,1)	(99,5)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(97,1)</u>	<u>(99,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(4.295,6)</u>	<u>(3.837,2)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 30 de junho de 2017, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	24,9	62,1	124,4
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,3	0,6
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(36,0)	(89,9)	(179,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(25,7)	(57,2)	(109,7)
Despesa incremental		<u>(36,7)</u>	<u>(84,7)</u>	<u>(164,6)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,3)	(3,2)	(6,3)
Despesa incremental		<u>(1,3)</u>	<u>(3,2)</u>	<u>(6,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,6	1,6	3,1
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,8)	(1,9)	(3,8)
Despesa incremental		<u>(0,2)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,7)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	-	-	(0,1)
Despesa incremental		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(0,1)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,6)	(1,4)	(2,8)
Despesa incremental		<u>(0,6)</u>	<u>(1,4)</u>	<u>(2,8)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	30/06/2017	31/12/2016
Ipiranga	211.207	182.252
Ultragaz	38.962	33.804
Oxiteno	10.422	10.856
Extrafarma	4.420	3.449
Ultracargo	2.205	2.971
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>267.216</u>	<u>233.332</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 3.676,5 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 14). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2017 totaliza R\$ 2.174 milhões, tendo sido realizados até o segundo trimestre R\$ 969 milhões. Em 30 de junho de 2017, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.124,4 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2017 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 30 de junho de 2017 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	em milhões
					de Reais
					Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	15.738,4	3.676,5	5.432,8	2.776,1	3.853,0
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	434,6	105,1	213,2	100,7	15,6
Fornecedores	1.165,4	1.165,4	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 9,6%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,36 em 2017, R\$ 3,51 em 2018, R\$ 3,74 em 2019, R\$ 4,0 em 2020 e R\$ 4,28 em 2021, R\$ 4,54 em 2022, R\$ 4,78 em 2023, R\$ 5,05 em 2024, R\$ 5,33 em 2025 e R\$ 5,62 em 2026 (iii) TJLP de 7,0% e (iv) IGP-M de 4,4% em 2017, 4,4% em 2018, 4,5% de 2019 a 2031 (v) IPCA de 4,5% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 30 de junho de 2017, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) em 30 de junho de 2017. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Vencimento	Valor de referência (nacional)¹		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2017
<u>Instrumentos de proteção</u>							
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jul/2017 a	US\$ 450,0	US\$ 350,0	R\$ 1.480,2	R\$ 1.149,7	R\$ 1.480,2	R\$ -
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	out/2026	US\$ 961,8	US\$ 1.062,4	813,7	1.084,6	813,7	-
Passivo em taxa de juros CDI		(US\$ 1.411,8)	US\$ (1.412,4)	(2.236,4)	(2.181,6)	-	2.236,4
Resultado acumulado		-	-	57,5	52,7	2.293,9	2.236,4
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM							
Ativo em taxa de juros CDI	jul/2017 a	US\$ 8,1	US\$ 8,5	26,5	28,3	26,5	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)	set/2017	(US\$ 8,1)	US\$ (8,5)	(26,8)	(27,9)	-	26,8
Resultado acumulado		-	-	(0,3)	0,4	26,5	26,8
c – Swaps de juros em Reais							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	abr/2024	R\$ 352,4	-	352,8	-	352,8	-
Passivo em taxa de juros CDI		(R\$ 352,4)	-	(357,0)	-	-	357,0
Resultado acumulado		-	-	(4,2)	-	352,8	357,0
Resultado acumulado total bruto				53,0	53,1	2.673,2	2.620,2
Imposto de renda				(26,5)	(36,9)	(26,5)	-
Resultado acumulado total líquido				26,5	16,2	2.646,7	2.620,2
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)				158,0	218,5		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)				(131,5)	(202,3)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de junho de 2017, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de junho de 2017, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.411,8 milhões de principal com posição passiva, na média a 85,1% do CDI, sendo US\$ 228,8 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,14% a.a., US\$ 450,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,06% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 470,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 14.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo) e US\$ 119,5 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de junho de 2017, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 8,1 milhões e tinham na média uma posição ativa a 70,9% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 30 de junho de 2017 este contrato de *swap* totalizava R\$ 352,4 milhões de valor *nominal*, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,68% a.a. + IPCA e passiva a 93,9% do CDI.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 30 de junho de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 470,0 milhões de valor *nominal*, sendo reconhecida no resultado em 2017, uma despesa de R\$ 68,8 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 12,2 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 21,3 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 103,0% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de junho de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo totalizavam R\$ 352,4 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2017 uma despesa de R\$ 4,2 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 15,3 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 3,6 milhões referente ao resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 93,9% do CDI.

Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 119,5 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2017 uma despesa de R\$ 32,2 milhões, restando um ganho não realizado em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 4,2 milhões em 30 de junho de 2017 (perda de R\$ 13,8 milhões em 31 de dezembro de 2016), líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Em 30 de junho de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões, sendo reconhecido uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 30,5 milhões em 30 de junho de 2017 (perda de R\$ 12,1 milhões em 31 de dezembro de 2016), líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2017, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 133,0 milhões, sendo reconhecido uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 7,1 milhões em 30 de junho de 2017 (perda de R\$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2016), líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	30/06/2017	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(40,7)	4,2
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	2,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	11,1	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(41,1)	(37,6)
Total	(68,5)	(33,4)

	R\$ milhões	
	30/06/2016	31/12/2016
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(88,0)	(13,8)
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	8,8	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(0,4)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	-	(14,9)
Total	(79,6)	(28,7)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/06/2017		31/12/2016		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	123.433	123.433	113.318	113.318
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.374.575	4.374.575	3.837.807	3.837.807
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	91.350	91.350	323.033	323.033
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	66.261	66.261	113.640	113.640
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.171.017	1.171.017	1.053.369	1.053.369
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	7.449	7.449
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	150.137	150.137	34.775	34.775
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	158.048	158.048	218.458	218.458
Total			6.142.270	6.142.270	5.701.849	5.701.849
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.542.979	1.542.979	1.428.907	1.428.907
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.910.107	6.890.367	6.990.269	6.881.085
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	3.391.177	3.396.042	2.746.881	2.746.915
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	332.852	332.852	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	49.758	49.758	48.716	48.716
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	131.529	131.529	202.357	202.357
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	177.479	177.479	153.429	153.429
Total			12.535.881	12.521.006	11.570.559	11.461.409

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 22).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 14.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 22). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
 (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
 (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	30/06/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	123.433	123.433	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.374.575	4.374.575	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	91.350	91.350	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	66.261	66.261	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.171.017	1.171.017	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	150.137	36.787	113.350	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	<u>158.048</u>	-	<u>158.048</u>	-
Total			<u>6.142.270</u>	<u>5.870.872</u>	<u>271.398</u>	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.542.979	-	1.542.979	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.890.367	2.451.808	4.438.559	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	3.396.042	-	3.396.042	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	332.852	-	332.852	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	49.758	-	49.758	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	131.529	-	131.529	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	<u>177.479</u>	-	<u>177.479</u>	-
Total			<u>12.521.006</u>	<u>2.451.808</u>	<u>10.069.198</u>	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	113.318	113.318	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.837.807	3.837.807	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	323.033	323.033	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	113.640	113.640	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.053.369	1.053.369	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	34.775	32.167	2.608	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	<u>218.458</u>	<u>-</u>	<u>218.458</u>	<u>-</u>
Total			<u><u>5.701.849</u></u>	<u><u>5.480.783</u></u>	<u><u>221.066</u></u>	<u><u>-</u></u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.428.907	-	1.428.907	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.881.085	2.338.920	4.542.165	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.746.915	-	2.746.915	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	48.716	-	48.716	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	202.357	-	202.357	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	<u>153.429</u>	<u>-</u>	<u>153.429</u>	<u>-</u>
Total			<u><u>11.461.409</u></u>	<u><u>2.338.920</u></u>	<u><u>9.122.489</u></u>	<u><u>-</u></u>

⁽¹⁾ Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 30 de junho de 2017. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,69 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de junho de 2017 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	274.764	914.250	1.553.736
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(274.722)	(914.164)	(1.553.606)
(1)+(2)	Efeito líquido	42	86	130
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(219)	6.552	13.322
(4) Margem bruta da Oxiteno		219	(6.552)	(13.322)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 30 de junho de 2017 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	-	52.527	115.634
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	-	(52.527)	(115.634)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

32 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	900.000	2022
Aratu	397.000	2031
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2017, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2017 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxitenó	US\$ 1.142
Ipiranga	R\$ 924
Ultracargo	R\$ 740
Ultragaz	R\$ 150
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/06/2017	40.369	72.786	-	113.155

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/06/2017	a pagar	132.114	395.777	280.023	807.914
	a receber	(49.712)	(144.596)	(71.991)	(266.299)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, foi R\$ 69.278 (R\$ 47.967 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

33 Ultracargo - incêndio em Santos

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades.

A etapa de descomissionamento da área afetada foi finalizada e dos 150 mil m³ que estavam paralisados, foram obtidas, em junho de 2017, as licenças necessárias para a volta da operação equivalente a 67,5 mil m³. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

Em 31 de dezembro de 2016 foram contabilizados em seguros a receber o montante de R\$ 366.678 e indenizações a cliente e terceiros no montante de R\$ 99.863. No primeiro trimestre de 2017, a Ultracargo recebeu integralmente das seguradoras o valor das indenizações. Adicionalmente, existem passivos contingentes referentes a ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 93.486 e R\$ 20.866 (R\$ 96.408 e R\$ 16.637 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.

34 Eventos subsequentes

a) Emissão de debêntures

Em 24 de julho de 2017, o Conselho de Administração da Ultrapar aprovou a emissão de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sob o valor nominal de R\$ 1.000,00, pela controlada IPP, bem como a prestação de fiança pela Ultrapar. As debêntures terão remuneração correspondente a 105% do CDI e prazo de 5 anos, com pagamentos de juros anuais.

b) Aquisição ALE

Em 2 de agosto de 2017, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes durante toda a tramitação do ato de concentração e nas negociações havidas com o Tribunal, decidiu por sua reprovação. O referido contrato restou automaticamente resolvido, sem qualquer penalidade de parte a parte.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo, SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de fevereiro de 2017 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses do trimestre findo em 30 de junho de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de agosto de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levassem a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/0-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25, parágrafo 1º, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 9 de agosto de 2017

Thilo Mannhardt

Diretor-Presidente

André Pires de Oliveira Dias

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Covre

Diretor Superintendente – Extrafarma

João Benjamin Parolin

Diretor Superintendente – Oxiteno

Leocadio Almeida Antunes Filho

Diretor Superintendente – Ipiranga

Pedro Jorge Filho

Diretor Superintendente – Ultragaz

Ricardo Isaac Catran

Diretor Superintendente – Ultracargo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25, parágrafo 1º, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 9 de agosto de 2017

Thilo Mannhardt

Diretor-Presidente

André Pires de Oliveira Dias

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Covre

Diretor Superintendente – Extrafarma

João Benjamin Parolin

Diretor Superintendente – Oxiteno

Leocadio Almeida Antunes Filho

Diretor Superintendente – Ipiranga

Pedro Jorge Filho

Diretor Superintendente – Ultragaz

Ricardo Isaac Catran

Diretor Superintendente – Ultracargo